

Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária*

Maria Beatriz de Albuquerque David**

Philippe Waniez***

Violette Brustlein****

Introdução: a política de reforma agrária

Nas últimas décadas, os programas de colonização, a regularização fundiária e a desapropriação – esta última principalmente a partir de 1985 – foram as formas tradicionalmente utilizadas para enfrentar a questão do acesso à terra no Brasil. Na realidade, essas formas de acesso à terra têm sido empregadas mais para atender às pressões sociais e políticas, freqüentemente explosivas, do que visando à obtenção de um desenvolvimento rural duradouro, relacionado aos incrementos sustentados da produção, da produtividade e do emprego, que resultariam em melhorias na qualidade de vida da população. Hoje, num momento em que a demanda por terras exige uma política agrária muito mais criativa e efetiva, novas formas de acesso à terra têm sido propostas, tais como o arrendamento, o leilão de terras e o crédito fundiário.

Um programa de reforma agrária que busque transformar as condições de vida de seus beneficiários deve estar inserido em uma estratégia produtiva que assegure a sustentabilidade dessa agricultura. Esta deve ser

pensada não só como meio de sobrevivência das famílias, mas principalmente como fonte geradora de excedentes que assegurem novos investimentos e permitam a ampliação da produção e da produtividade da agricultura brasileira.

Histórico recente da política agrária

O processo de democratização do País e o retorno ao regime civil propiciaram um clima favorável ao ressurgimento das reivindicações em torno da reforma agrária. Desde então, o Movimento dos Sem-Terra - MST - e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag - puderam aumentar significativamente sua representatividade. A mudança de regime foi acompanhada pelo lançamento de um ambicioso programa de reforma agrária – o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária –, que previa beneficiar mais de um milhão de agricultores sem terras mediante desapropriações essencialmente no Centro-sul do País. O Governo Sarney (1985-90) havia fixado, inicialmente, a meta de conceder

* O relatório final do primeiro recenseamento da reforma agrária, realizado em fins de 1996 por um *pool* de universidades, apresentou os resultados de um primeiro tratamento exploratório dos dados nacionais e de estados da Federação. O presente **artigo**, após um tratamento exaustivo dos dados censitários, mostra o perfil demográfico e social dos beneficiários da reforma agrária ao nível de microrregiões. Algumas informações sobre conflitos e ocupações de terras no meio rural, um resumo dos resultados provenientes da pesquisa por amostragem realizada em conjunto com o Censo, e um histórico recente da política agrária também foram incluídos para permitir uma compreensão mais completa do tema.

** Diretora de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - e professora adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ .

*** Pesquisador do Instituto de Pesquisa Científica para o Desenvolvimento em Cooperação da França — Orstom.

**** Pesquisadora do Credal — Conselho Nacional de Pesquisa Científica da França — CNRS.

a propriedade da terra a 1,4 milhão de famílias, mas beneficiou efetivamente apenas 90 mil, menos de 6% do total pretendido. Durante o Governo Collor (1990-92), prometeu-se terra inicialmente a 500 mil famílias, mas na prática foram interrompidos tanto o processo de inscrição de novas terras ao cadastro como o programa de novas desapropriações. Nesse período, somente 23 mil famílias receberam títulos de propriedade de terras, provenientes do estoque deixado pelo governo precedente. O Governo Itamar Franco (1992-94), que havia previsto dar acesso à terra a 20 mil famílias em 1993 e a 60 mil em 1994, beneficiou somente 12 600 famílias.

Em seu programa de governo, o atual presidente havia previsto distribuir 400 mil títulos de propriedade, mas, após sua eleição, tal objetivo de campanha foi reduzido à meta de beneficiar 260 mil famílias nos quatro anos de seu mandato (1995-98)¹. No primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995), foram assentadas 42 912 famílias; em 1996, 62 044 famílias (Incrá, Relatório de atividades, 1995); em 1997, de janeiro a agosto, mais 21 mil famílias foram assentadas, deixando antever que a meta fixada para 1997 (80 mil famílias assentadas) dificilmente será cumprida. Entretanto, é importante esclarecer que os dados referentes ao total de famílias beneficiadas incluem as regularizações de títulos, ou seja, regularização fundiária.

Fonte de dados

A maior parte das informações que serviram de base a esta pesquisa é originária do I Censo da Reforma Agrária. O recenseamento foi realizado em 1460 projetos oficiais de reforma agrária delimitados pelo Incra existentes em 31 de outubro de 1996, e permitiu identificar 199 218 beneficiários, dos quais 161 556 estavam presentes em suas parcelas de terra e puderam ser entrevistados. O relatório final do I Censo da Reforma Agrária do Brasil (Brasília, UnB, maio de 1997) apresenta as tabelas estatísticas resultantes de uma primeira exploração tanto do recenseamento como da pesquisa por amostragem feita pelos coordenadores do Censo. Ele fornece os dados ao nível de agregado, ou seja, o país em seu conjunto, e apenas algumas informações estaduais.

O trabalho de campo do recenseamento foi feito, em grande parte, no final do ano de 1996 e contou com a participação de 29 universidades, coordenadas pela Universidade de Brasília (UnB).

Metodologia dos mapas apresentados no Anexo

Com a perspectiva de realizar uma análise geográfica fina, propusemo-nos a efetuar uma nova exploração do conjunto das

Número de famílias beneficiadas pelos programas de reforma agrária - 1964-1997

Períodos	Governo	Famílias beneficiadas (por mil)			
		Total	Por projetos de colonização	Por programas de regularização de título	Por assentamentos da R.A.
1964-1984	Regime autônomo	228,0	15	113	-
1985-1994	Samuel, Collor e Itamar	125,6	-	-	125,6
1995-1997	Fernando Henrique	125,9	-	-	125,9

Nota: Os dados referentes às famílias beneficiadas até o ano de 1995 representam a capacidade de assentamento dos projetos e não o número de famílias efetivamente assentadas.

¹ Ver M.B. de A. David, "La modernization 'perverse' de l'agriculture et la structure de la propriété de la terre au Brésil". *Cahiers du Brésil Contemporain*, número especial, Paris, MSH/CRBC, número especial, 1995, p. 163.

fichas do levantamento censitário (a pesquisa por amostragem não foi levada em consideração por questões de representatividade geográfica). A utilização do programa Fox Pró (um gestor de base de dados para Macintosh), do Statistical Analysis System - SAS -, para a elaboração das estatísticas, do Cabral 500 e do Cabral Visão, para a representação cartográfica, e do Adobe Illustrator, para o acabamento dos mapas, permitiu a realização deste trabalho.

As tabulações por SAS foram programadas para produzir estatísticas sobre a base de 558 microrregiões geográficas, nível espacial intermediário entre os cinco mil municípios (nível muito desagregado, levando em consideração a população em questão) e os 27 estados (nível muito agregado quando se consideram suas dimensões). Todas as perguntas constantes do recenseamento foram objeto de tratamento, mas só se escolheu uma parte delas: a que apresentava uma variação estatística conjugada com uma variação geográfica. Chegou-se, assim, a um conjunto de indicadores de natureza demográfica e sociológica.

Em razão da grande variabilidade da superfície das microrregiões geográficas, não se utilizou a técnica usual de mapas em variações de tonalidade (denominados mapas coropléticos), em que a superfície de cada unidade espacial recebe uma cor relacionada com a variação estatística verificada na região. Um procedimento similar aplicado ao Brasil conduz, quase sempre, a uma superestimação da importância das regiões mais extensas, ainda que se trate, na maioria das vezes, de regiões menos populosas (a Amazônia, por exemplo).

Assim, em todos os mapas deste trabalho, a população (em geral, número de beneficiários da reforma agrária) foi representada por um círculo localizado no centro da microrregião, e cuja superfície é proporcional à população. Mesmo quando os círculos se superpõem, limitando a leitura individual de cada valor, o efeito visual

resultante (aquele que finalmente se deseja obter com esse tipo de mapa) traduz satisfatoriamente o fenômeno de concentração. Em certos mapas, foram utilizados círculos brancos e pretos para representar uma mesma população, o que permite avaliar corretamente sua distribuição espacial (tal é o caso do número total de beneficiários segundo o lugar de assentamento e o lugar de nascimento, e também do número de assassinatos e de ocupação de terras). Esses mapas são bastante simples, mas sua reprodução não é desejável, pois o nível de informação que transmitem é relativamente pobre. Preferiu-se, de maneira geral, recorrer a uma cartografia mais elaborada valendo-se de cores.

Colorir os círculos equivale a agregar à quantidade cartográfica (a população) uma qualidade, em que a variabilidade dos valores traduz-se na variabilidade das cores. Essa qualidade pode ser uma simples relação, como no caso da percentagem dos beneficiários não residentes em suas parcelas ou lotes, bem como a dos beneficiários em situação irregular. Essas relações efetivas-percentagens conduzem a uma leitura ponderada do mapa, agregando ao efetivo de uma variável particular (representado pela superfície do círculo) a sua participação relativa (percentagem) na população total de que tal variável faz parte.

Recorreu-se ainda aos círculos coloridos para representar as classes contidas em uma classificação multivariada, como é o caso das repartições por idade dos beneficiários, seu nível de escolaridade ou o ano de ocupação da terra. Simultaneamente, utilizou-se a técnica do diagrama triangular (ou árvore de classificação) com o propósito de levar em consideração o conjunto de modalidades de cada variável reagrupada em três categorias por microrregião. Assim, cada microrregião viu-se dotada de uma cor específica, representando a classe da qual faz parte. O círculo da microrregião foi, então, colorido com essa tonalidade. Chegou-se, assim, a um mapa de síntese, que proporciona muito mais informações que um mapa em círculos brancos

e pretos. Sua leitura, porém, é mais difícil por causa da necessidade da comparação constante entre o diagrama triangular e o mapa.

Todas essas técnicas de representação cartográfica de dados estatísticos são bem conhecidas. Isso, no entanto, não impede que freqüentemente surjam mapas de má qualidade, como, por exemplo, os intitulados "A geografia dos assentamentos rurais do Brasil", publicados (em cores) por pesquisadores da Unesp e da USP com base nos dados de 1994 do Incra e do MST. Nesses mapas, os efetivos não foram expressos por símbolos proporcionais e as cores não foram ordenadas em gamas crescentes representando os efetivos. Em tais condições, a leitura global dos mapas torna-se impossível. A apresentação de uma simples tabela de dados teria sido, nesse caso, bem melhor.

Todos os mapas aqui apresentados foram concebidos de acordo com os princípios da cartografia temática estatística e permitem apresentar um panorama bem completo (o mais completo possível, tendo em vista o que o recenseamento permite fazer) da situação dos beneficiários da política de reforma agrária do governo.

A implantação dos assentamentos no espaço e no tempo

A questão da reforma agrária atinge o País em seu conjunto; nenhum estado foi poupado. Contudo, os assentamentos não apresentam uma distribuição geográfica uniforme sobre o conjunto do Território Nacional. Observa-se, por exemplo, que as Regiões Sudeste e Sul aparecem de forma pouco expressiva na política agrária. Ainda que exista nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, sobretudo, no interior menos desenvolvido do Paraná uma relativa concentração de explorações agrícolas criadas por projetos do Incra, seu número ainda é pouco significativo se comparado ao das outras regiões do País (menos de 2% do total em cada um desses estados).

Os projetos do Incra desenvolveram-se sobretudo a partir de eixos principais. O mais importante (cerca de 40 mil explorações, 25% do total) cobre o oeste do Maranhão e o norte de Mato Grosso. Correspondendo, inicialmente, ao traçado da Rodovia BR-58 até Marabá (e daí para o Norte em direção a Tucuruí, BR-230), esse eixo foi reorientado depois para o Nordeste, mais especificamente para o Maranhão, seguindo o traçado da ferrovia que liga Carajás a São Luís. O segundo eixo de desenvolvimento dos projetos do Incra (cerca de 30 mil explorações, 18% do total) segue a rodovia federal que liga Campo Grande a Rio Branco, ou seja, o oeste do Mato Grosso do Sul ao Sul do Acre. Nesses dois eixos de implantação, o ano de ocupação é normalmente posterior a 1984 (Mapa 1) e metade das instalações é recente (criadas depois de 1991). Esse movimento prosseguiu, com uma intensidade menor, em Mato Grosso e as vias de comunicação que ligam Porto Velho a Manaus e Boa Vista.

Assim, quase metade dos assentamentos foi realizada no espaço pioneiro do Oeste do País. A "marcha para o Oeste" não se limita aos assentamentos realizados pelo Incra; nesta parte do País, a política de instalação de agricultores coincide com a frente de ocupação. Os resultados do recenseamento agropecuário realizado pelo IBGE em 1996 permitirão uma melhor avaliação da participação dos assentamentos no total das exportações agropecuárias dessas regiões, que se encontram em um processo de transformação acelerada.

A concentração dos projetos do Incra no Nordeste reflete uma agricultura regionalizada: a franja litorânea e o agreste são os mais beneficiados, ao passo que o sertão fica marginalizado. O interior da Bahia, ao contrário, com 3 500 instalações, aparece com uma melhor distribuição. No total, o conjunto da Região Nordeste reúne quase 65 mil implantações. O Maranhão agrupa mais de 40% (27 mil implantações), seguido de longe pelo Ceará e a Bahia.

Se uma parte do Maranhão participa ativamente da expansão da frente pioneira leste-amazoniana, a dinâmica do resto do estado assemelha-se mais àquela da região. De fato, as implantações são, na sua grande maioria, anteriores a 1984, e correspondem, freqüentemente, à dos perímetros ditos "regularizados", isto é, ocupados antes de serem incluídos nos projetos de reforma agrária. Por exemplo, na Paraíba, 22% dos beneficiários ocuparam suas terras antes de 1960. No Ceará tal percentual corresponde a 17% e no Piauí a 13%.

Encontram-se no Nordeste, também, instalações recentes, posteriores a 1991, notadamente no Ceará e no Rio Grande do Norte, comprovando que o acesso dos nordestinos à terra não é um problema resolvido pelo desenvolvimento das frentes de colonização.

Idade, família e residência

O questionário do recenseamento compreende vários itens destinados a proporcionar uma imagem da população objeto do Censo, tais como faixa etária, composição da família e lugar de residência.

Os beneficiários são, majoritariamente, homens com idade entre 30 e 47 anos. Ao reparti-los em três grupos por idade (menos de 35 anos, de 35 a 45 anos e mais de 45 anos), obtém-se uma imagem regional bastante diferenciada (Mapa 2). No que diz respeito aos dois grandes eixos de colonização, 40% dos "chefes de exploração" pertencem aos estratos mais jovens. No Nordeste, a situação é mais contrastante entre os estados mais ao Norte (Maranhão, Piauí e Ceará), habitados majoritariamente pelos mais jovens, e a Bahia, onde a maioria pertence à categoria de mais de 45 anos. Esse é também o caso de São Paulo. Finalmente, os estados do Sul compreendem as regiões onde a participação dos assentados de menos de 35 anos representa mais de 50% do total.

Ainda que a descrição da família faça parte de um questionário especial denominado

"anexo de dependentes" (os dependentes do beneficiário), as fichas fornecidas não permitiram avançar muito na análise das características das referidas famílias. Se a relação final refere-se aos cônjuges, não há nenhuma informação sobre os filhos, ainda que um código das ligações familiares (filhos, avós, primos e outros) referentes a cada dependente com relação ao beneficiário estivesse previsto. Por isso, não é possível saber quantas pessoas são ligadas a cada beneficiário.

Para se ter uma idéia, mesmo que aproximada, do tamanho da família, recorreu-se ao artifício de considerar o número de folhas de registro de cada família como uma *proxy* do número de pessoas por família. Como cada anexo compreende até três dependentes, não é possível avaliar com exatidão o número de pessoas atingidas. Três grupos foram formados: uma ou duas folhas (famílias relativamente pequenas); três folhas (famílias médias); quatro folhas ou mais (famílias numerosas). Ainda que o indicador estatístico seja frágil, os mapas obtidos representam as duas categorias extremas que são particularmente significativas. As pequenas famílias (Mapa 3) concentram-se em Mato Grosso e em Rondônia. Elas são encontradas também em grande quantidade no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Enquanto o Maranhão situa-se em uma posição intermediária, o resto do Nordeste apresenta uma proporção elevada de famílias numerosas (Mapa 4), a qual ultrapassa, freqüentemente, 30% do total das explorações.

A grande maioria dos beneficiários reside diretamente em suas parcelas ou lotes de exploração ou muito próximo a estes (cerca de 71% deles). Mas cerca de um terço mora fora da propriedade, como, por exemplo, em áreas comunitárias, pequenas vilas situadas no interior do perímetro do projeto (4%), ou bem no centro urbano do município (6,5%). É no Nordeste, excluindo-se a Bahia, que a fixação de residência fora da parcela é mais freqüente. Esse é o caso, especificamente, de 28 mil explorações, ou seja, cerca de 45% das instalações da região. Verifica-se, assim, um

tipo de ocupação do espaço caracterizado por uma disjunção entre local de trabalho e de residência, ao passo que na frente pioneira eles se confundem.

Os níveis de formação

Os beneficiários foram divididos em três grupos por nível de escolaridade: analfabetos, alfabetizados até a segunda série do primeiro grau, e com a terceira série do primeiro grau em diante. O nível de formação dos beneficiários é, globalmente, muito ruim: cerca de 30% deles são analfabetos. Apesar dessa tela de fundo muito preocupante, observam-se diferenças regionais marcantes no sul e na frente pioneira do oeste, especialmente nos Estados de Mato Grosso e Rondônia (Mapa 5). Existem duas populações diferentes de beneficiários do ponto de vista do nível de formação: os nordestinos e os outros. No Ceará, mais de 60% dos beneficiários são analfabetos. Mesmo sem atingir esse extremo, o resto do Nordeste permanece em uma situação deplorável: a taxa de analfabetos entre os beneficiários não se situa, a não ser excepcionalmente, abaixo de 30%.

Nos demais estados os níveis de formação são mais diferenciados. São melhores no Sul do que na frente pioneira do Pará, onde o mau desempenho pode ser explicado pela grande participação de nordestinos. No eixo de colonização do Oeste, o Estado do Mato Grosso do Sul situa-se em uma posição intermediária, mas não muito boa. Em compensação, o desempenho do Estado de Mato Grosso e de uma parte de Rondônia é impressionante: nessas áreas, a maioria das microrregiões caracteriza-se por uma proporção de beneficiários com nível de escolaridade elevado superior a 50%.

A situação encorajante da frente pioneira do oeste no que se refere ao nível de escolaridade é complementada pela capacidade de seus beneficiários de exercerem outra profissão além da de agricultor ou camponês (80% das respostas à questão sobre a atividade principal). É precisamente em Mato Grosso que os

agricultores se declararam freqüentemente capazes de exercer outra atividade. No Nordeste, a percentagem de respostas positivas é a mais baixa do País.

As migrações

Uma das questões do recenseamento refere-se ao município de naturalidade dos beneficiários. Infelizmente, a percentagem de respostas incorretas é elevada (somente 77% das respostas registradas foram consideradas válidas). Dentre as respostas corretas, observa-se que somente 40% dos beneficiários residem em um estado diferente do seu local de nascimento. O mapa dos lugares de nascimento (Mapa 6) apresenta algumas diferenças notáveis em relação ao mapa do local de residência. No caso dos assentados instalados no Nordeste, trata-se de originários, na sua quase totalidade, da própria região, ao passo que os que se fixam na região amazônica procedem, em grande parte, das Regiões Sul e Sudeste. Observa-se a quase ausência da Amazônia como local de origem dos assentados, destacando-se como exceção relevante o Estado do Acre. Segue-se o oeste de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que são muito presentes como local de naturalidade, mostrando claramente que se trata de fontes migratórias significativas. Esse é também o caso de Goiás e do Espírito Santo. Em compensação, os estados da Região Nordeste apresentam uma configuração semelhante nos dois mapas, excetuando-se o sertão, onde os efeitos dos nascimentos são superiores aos dos beneficiários.

Torna-se pertinente examinar a orientação e a intensidade dos fluxos migratórios. Nesse sentido, o número de explorações por microrregião foi cartografado em função do estado de origem do beneficiário, o que permite saber quais são os seus estados de origem e qual a sua importância relativa no conjunto dos assentamentos das regiões de onde eles migraram.

Como foi dito anteriormente, pode-se observar nos mapas comportamentos

regionais nitidamente delineados. As explorações do Nordeste são essencialmente compostas por nordestinos e os beneficiários, em geral, são originários do próprio estado no qual residem. Destaca-se o caso dos cearenses, que migraram pouco para outros estados, com exceção do Maranhão e do Pará, onde, entretanto, eles permanecem bastante minoritários (Mapa 8). O caso dos maranhenses é um pouco diferente: eles se encontram majoritariamente instalados no Maranhão, mas se aproveitaram da ferrovia ou da rodovia para se dirigirem a Marabá, Carajás e Tucuruí, no Pará, onde representam entre 25% e 50% dos beneficiários instalados (Mapa 7). Eles também se encontram bem mais longe, no Estado de Roraima, mas em número reduzido.

O modelo de migração das pessoas originárias do Sul do País é muito diferente. Elas ocupam, principalmente, as regiões de assentamentos nos seus estados de origem e nas regiões vizinhas: cerrado e nordeste de Minas Gerais para os mineiros (Mapa 10) e Paraná, Santa Catarina e sul do Mato Grosso do Sul para os paranaenses (Mapa 9). O que mais os diferencia dos nordestinos em termos de comportamento migratório é a sua capacidade de percorrerem milhares de quilômetros para se instalarem. Há cerca de 1 500 pessoas originárias do Paraná, por exemplo, que tentam a sorte em Rondônia; os mineiros chegam a 2 mil neste estado e atingem cerca de mil no sudeste do Pará. Existe também, na frente pioneira do oeste, uma forte maioria de pessoas provenientes do Sul e do Sudeste, ao passo que, na frente leste-amazoniana, a origem dos migrantes apresenta-se mais diversificada.

Informações complementares: ocupações de terra e vítimas fatais da violência no campo

A análise das características dos beneficiários da política de reforma agrária praticada pelo Incra mostra claramente que alguns resultados significativos foram

obtidos. No entanto, estes são ainda insuficientes quantitativa e qualitativamente.

Sobre o plano quantitativo, ou seja, as condições de vida — econômicas e sociais — dos beneficiários, o recenseamento apresenta dados relativamente pouco expressivos, ainda que a pesquisa por amostragem realizada concomitantemente aporte um conjunto de informações bem agregadas e, portanto, não regionalizáveis. Uma amostragem permite a estimação de valores desconhecidos em relação a uma população delimitada. No caso da pesquisa realizada em conjunto com o censo, a repartição dos assentamentos entre os estados serviu como fator de estratificação na elaboração da amostragem. Portanto, não é legítimo analisar os dados provenientes da amostra municipal ou mesmo microrregional. Deve-se limitar a análise por estados, unidades para as quais ela foi elaborada.

Para avaliar a política de reforma agrária em face da demanda social, recorreu-se a informações adicionais, que não foram coletadas no recenseamento. Há alguns anos, a Comissão Pastoral da Terra - CPT -, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, realiza levantamentos estatísticos muito relevantes, especialmente sobre dois fenômenos muito significativos: as ocupações de terras pelos agricultores sem terra e os assassinatos ligados aos conflitos pela posse da terra.

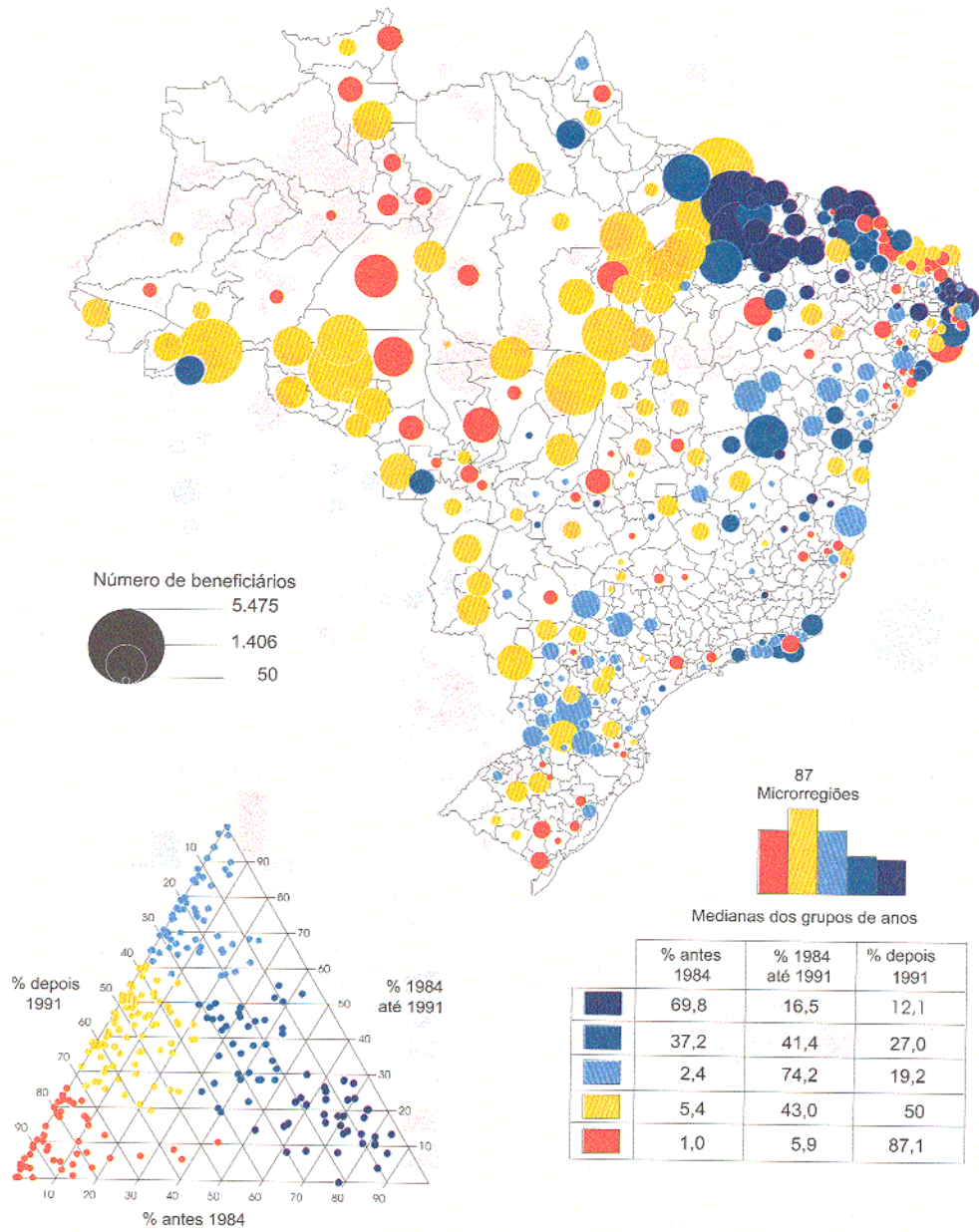
Em 11 anos, de 1985 a 1996, a CPT registrou 966 assassinatos relacionados a conflitos fundiários. O número de vítimas vinha diminuindo com o decorrer dos anos: 140 em 1985; 104 em 1988; 66 em 1989; 46 em 1992; 41 em 1995 e 53 em 1996. Esta situação, contudo, não se verificou no último ano. A tendência é claramente de diminuição, mas o número de assassinatos é ainda inadmissível para um país democrático. Eles ocorrem em todo o País (Mapa 11), mas a região mais afetada continua sendo a Amazônia e, em particular, o oeste do Maranhão e o leste do Pará. Em segundo

lugar está a região que abrange o norte de Mato Grosso e o Estado de Rondônia. Essa localização nos remete àquela detectada como a de concentração dos beneficiários em situação irregular. Pode-se constatar, claramente, que a política governamental atende apenas parcialmente às demandas, o que acaba por se traduzir em processos de violência como o de Eldorado dos Carajás, que comoveu o País em 1996.

As ocupações de terras constituem um outro fato revelador das mazelas provocadas pelas insuficiências da reforma agrária. Seu número tem crescido bastante, passando de 8 200 famílias em 1990 para 20 mil em 1995, e 63 mil em 1997. Ainda que o movimento de ocupação seja claramente ascendente, deve-

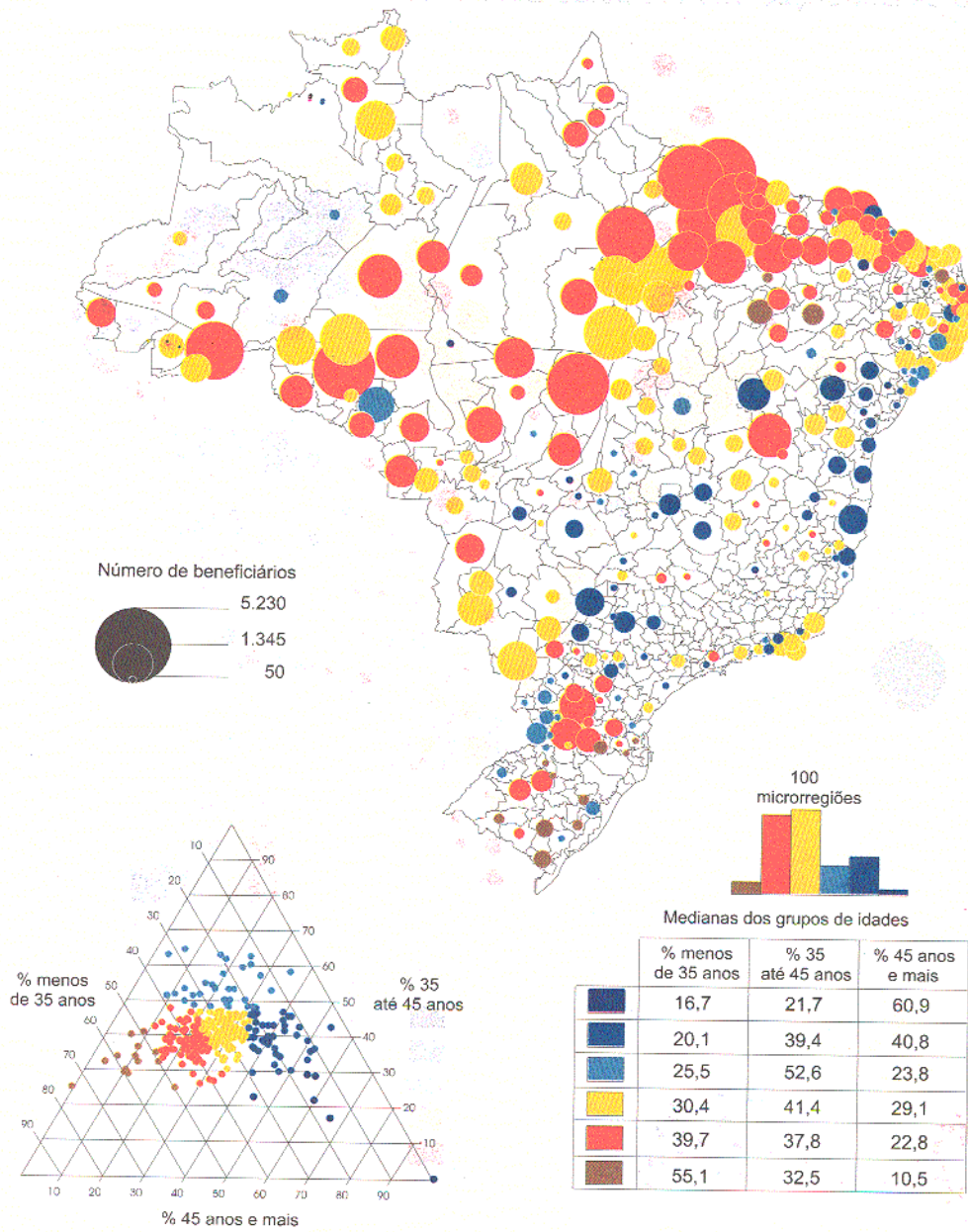
se utilizar esses indicadores com precaução, pois não resultam de um levantamento sistemático; trata-se somente de indicações, às vezes fluidas, comunicadas pelos próprios interessados. O mapa das ocupações em 1996 apresenta uma configuração original, com uma concentração nas Regiões Sul e Nordeste do País. Nele podemos acompanhar a escolha dos camponeses que recusaram a fuga em direção à Amazônia, preferindo lutar onde estão para obter uma parcela de terra à qual crêem ter direito. Observam-se, assim, as limitações da política governamental: a "marcha em direção ao Oeste" demonstra seus limites, ao passo que as tensões acumuladas nas outras regiões estão provocando uma grave crise político-social com conseqüências de difícil avaliação.

Mapa1 Ano de Ocupação da Área pelos Beneficiários



Fonte: 1º Censo de Reforma Agrária do Brasil - 1996

Mapa 2 Idade do Beneficiário em 1996



Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

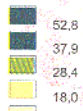
Tamanho da Família

Mapa 3

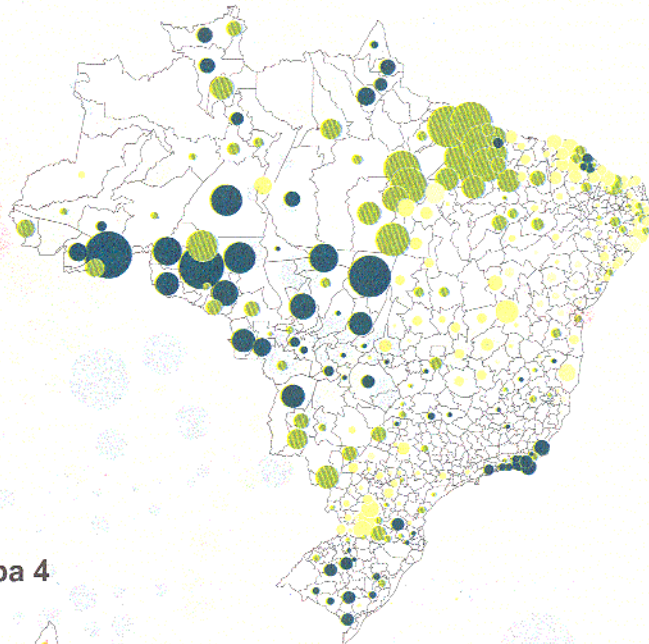
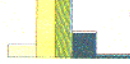
Famílias com uma ou duas folhas



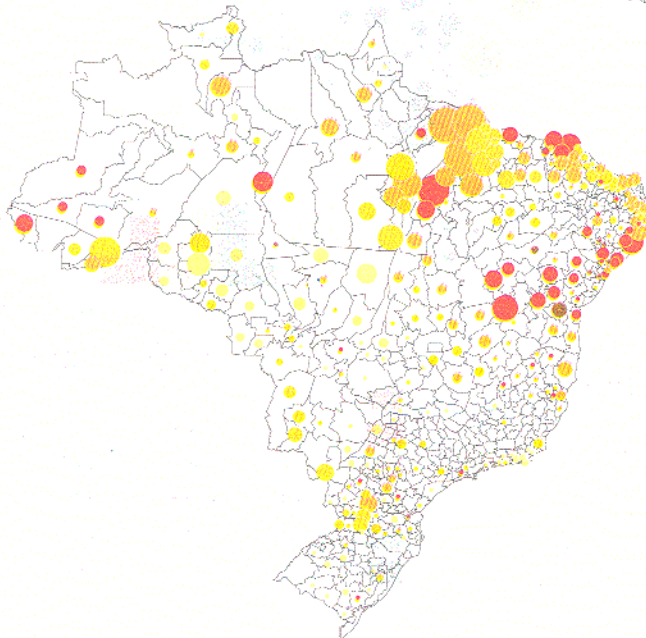
% de famílias com uma ou duas folhas no total de assentamentos



92 microrregiões



Mapa 4



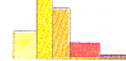
Famílias com quatro folhas ou mais



% de famílias com quatro folhas ou mais no total de assentamentos

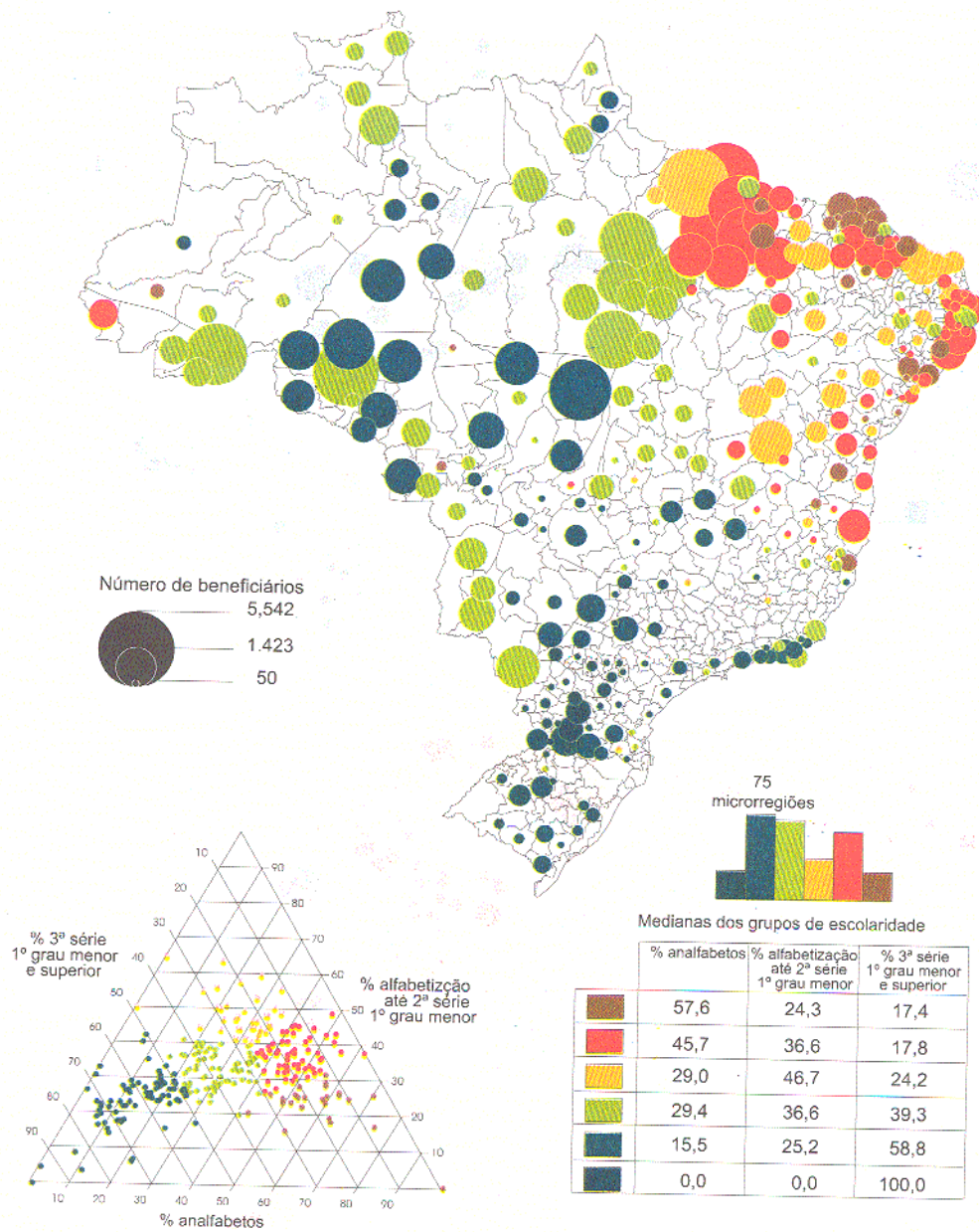


93 microrregiões



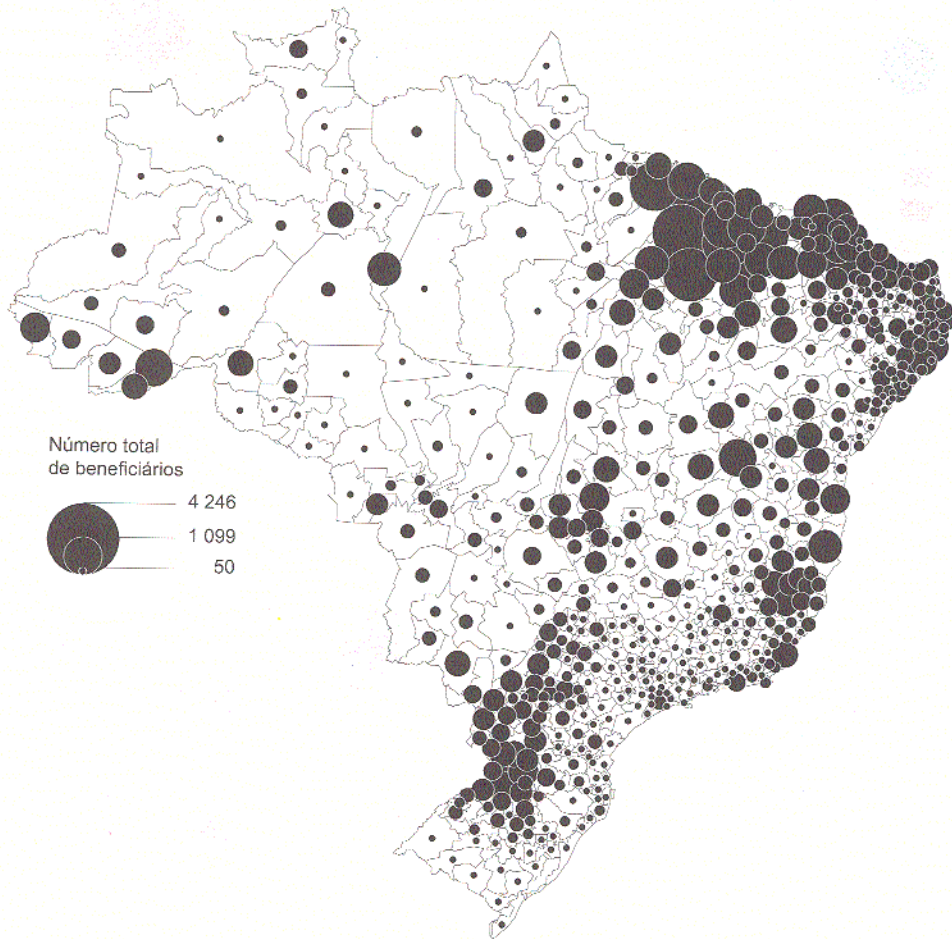
Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

Mapa 5 Nível de Escolaridade do Beneficiário



Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

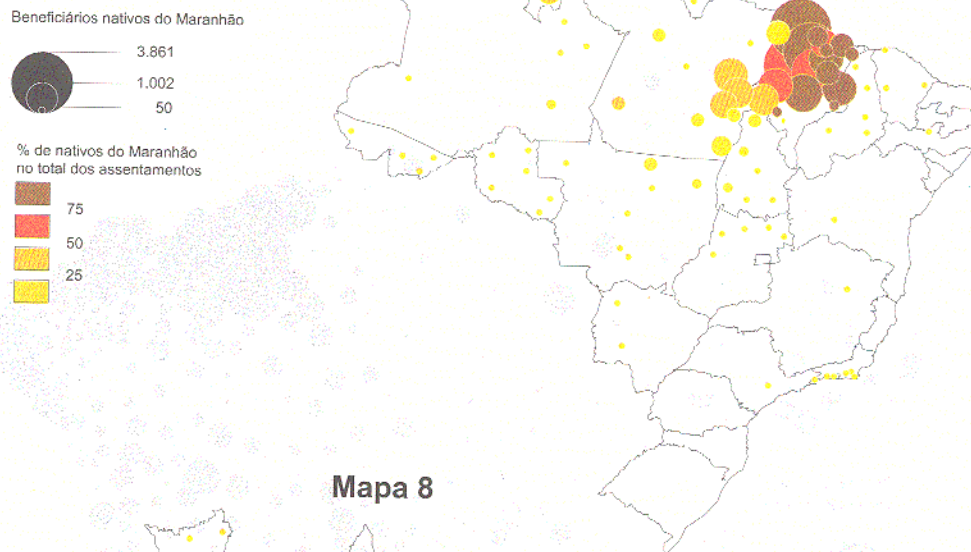
Mapa 6 Naturalidade do Beneficiário



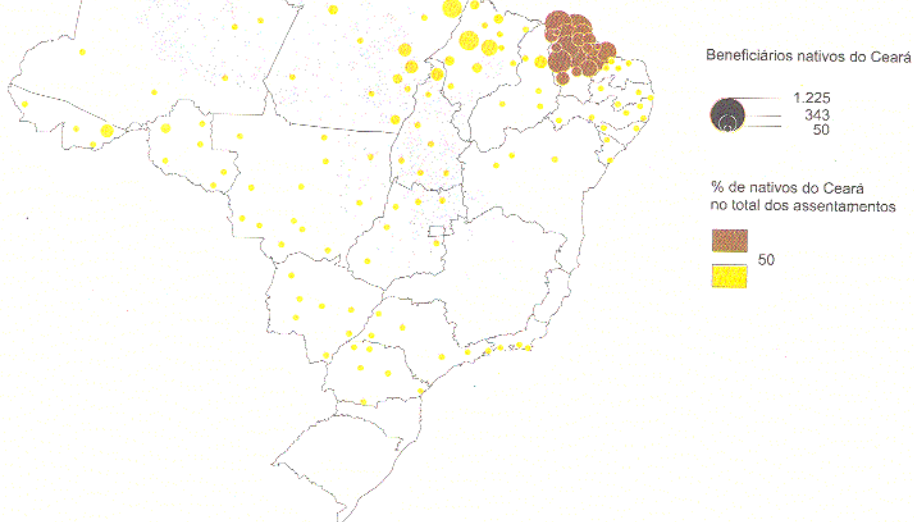
Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

Migrações

Mapa 7



Mapa 8

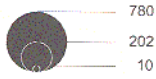


Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

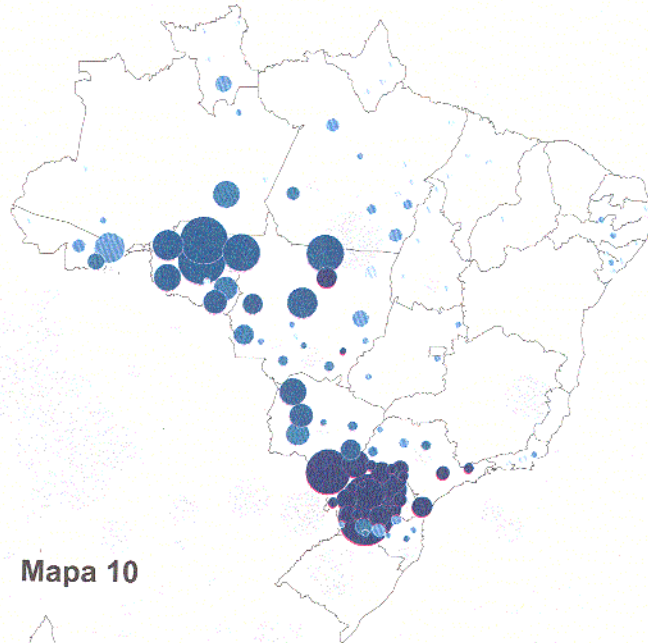
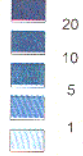
Migrações

Mapa 9

Beneficiários nativos do Paraná



% de nativos do Paraná no total dos assentamentos

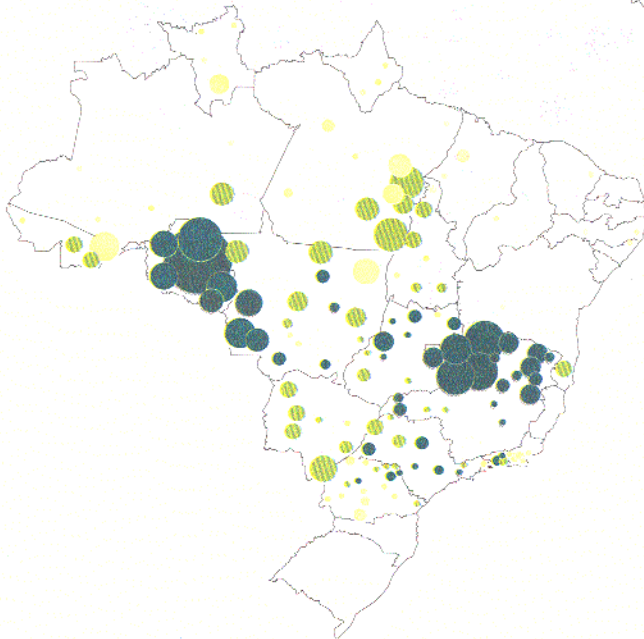
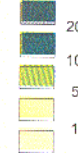


Mapa 10

Beneficiários nativos de Minas Gerais



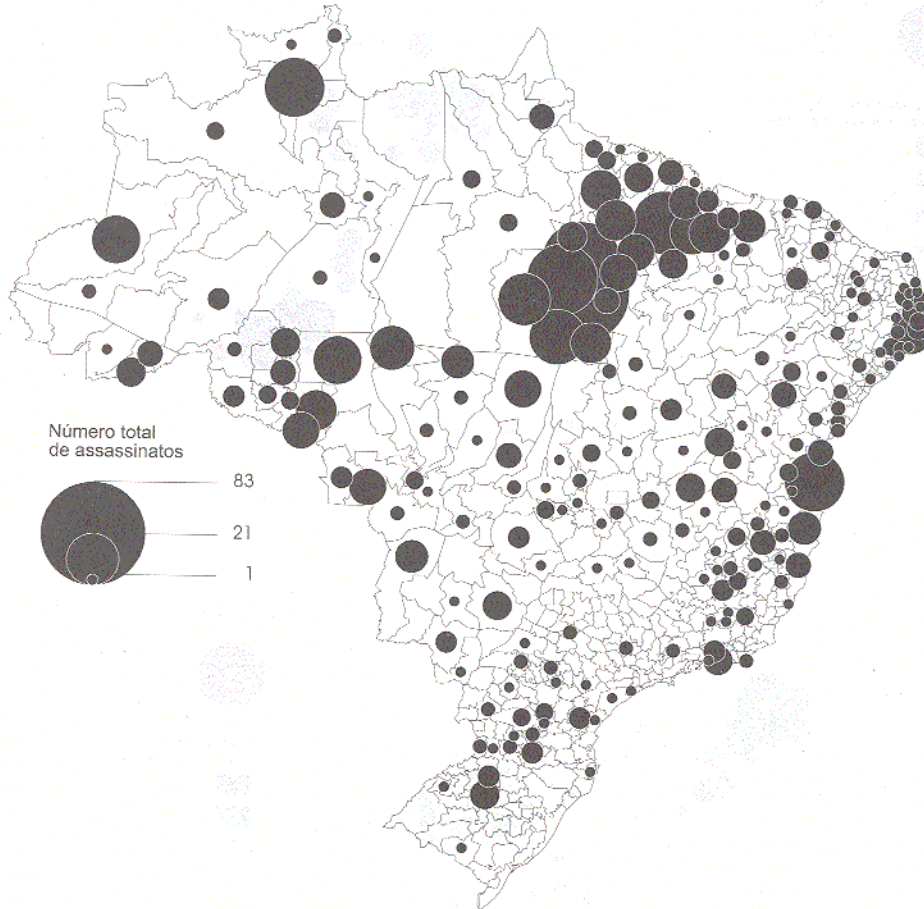
% de nativos de Minas Gerais no total dos assentamentos



Fonte: 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil - 1996.

Mapa 11

Vítimas Fatais de Conflitos Ocorridos no Campo - 1985/96



Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT.